

1.





Patrimônio de Minas: uma história de fé, justiça e busca de seus tesouros

Gustavo Werneck*

1. Introdução

O ano de 2003 é daqueles que insistem em não desaparecer do calendário da memória: renasce, rebrota, às vezes, se enfraquece, é verdade, mas depois retorna com toda força. O fato é que, passadas duas décadas, está mais vivo do que nunca para nortear a preservação do patrimônio cultural de Minas e do Brasil. Dificilmente se apagam as lembranças daquele tempo, não tão distante assim, quando começou uma verdadeira revolução no estado para resgate de bens desaparecidos de igrejas, capelas, museus, prédios públicos e outros monumentos.

Sempre houve uma luta contínua das polícias Federal, Civil e Militar, com atenção dos órgãos de patrimônio, para encontrar criminosos e desbaratar quadrilhas que, na calada da noite ou em plena luz do dia, arrombavam espaços da fé ou da cultura para roubar imagens de santos, pedaços de altares, esculturas de museus, páginas de livros, documentos históricos. Mas, 2003, traumático em ocorrências, veio como um divisor de águas.

A partir de então, Minas ganhou uma força-tarefa para combater a subtração, o tráfico e a venda ilegal de peças sacras e entrou em campo uma campanha para resgatar acervos desaparecidos e, com mérito, conscientizar a população. Afinal, nesse aspecto, nada mais sábio do que a frase: “a comunidade é a melhor guardiã de seus bens”.

Um marco nessa história, que não sem motivo se tornou símbolo da campanha de repercussão nacional, está na retirada de um leilão no Rio de Janeiro (RJ) de três peças barrocas originalmente pertencentes ao Santuário Arquidiocesano Santa Luzia, em Santa Luzia, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Conhecido nacionalmente como “O resgate dos anjos de Santa Luzia”, o episódio teve início na tricentenária cidade banhada pelo Rio das Velhas, palco da Revolução Liberal de 1842 e dona de um casario imponente dos tempos coloniais e imperiais.

Esse rumoroso caso de justiça e fé, que levaria de volta as peças barrocas e daria origem à campanha que segue dando frutos, teve início em 25 de julho de 2003, quando uma jornalista, colunista do jornal Estado de Minas, denunciou em sua coluna que peças barrocas mineiras, então em poder de um colecionador luziense radicado no Rio, iriam a leilão na capital fluminense.

*Repórter do Jornal Estado de Minas.

Ao ver as fotos dos anjos no jornal, e depois em um catálogo da exposição, uma servidora pública federal se lembrou de admirar, quando criança, durante as coroações de Nossa Senhora, as peças que ficavam atrás do retábulo-mor. Ao entrevistá-la, ouvi dela: “Havia outros anjos, não sei que rumo tomaram”.

A partir daquele momento, a “revoada” dos anjos de volta ao altar do Santuário de Santa Luzia ficaria cada vez mais próxima. Com o depoimento lúcido e seguro dessa servidora, a Associação Cultural Comunitária de Santa Luzia, ajuizou, em 5 de agosto de 2003, ação para que as três peças sacras fossem retiradas do leilão.

Em uma semana, após liminar concedida pelo juízo da 2ª Vara Cível de Santa Luzia, os objetos de fé retornaram a Minas, quase meio século depois de desaparecidos do templo da Rua Direita. Ficaram, por ordem judicial, sob guarda do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG), provisoriamente no Museu Mineiro, em Belo Horizonte.

Importante ressaltar que as peças sacras teriam sido vendidas ao colecionador, e não roubadas. Porém, a Justiça entendeu que se tratava de um bem da comunidade, e não de um particular.

2. Ação e Emoção em Dias de Cobertura

Ainda que eu viva um século, jamais me esquecerei do momento em que ocorreu a retirada dos “Anjos de Santa Luzia” do leilão, no Rio de Janeiro. Curioso lembrar que, logo após ter conhecimento da liminar, embora ainda sem ser notificado pela Justiça, o dono da galeria na qual se realizava a comercialização ironizou em entrevista a este repórter: “Vá se preocupar com o sexo dos anjos!”

Depois, já sem ironia, ele arregalaria os olhos e faria cara de espanto ao ver as peças excluídas do pregão, conforme o mandado de busca e apreensão expedido pelo Juízo.

O jornal Estado de Minas documentou toda a saga da volta dos anjos. Em 12 de agosto, eu e um repórter fotográfico fomos ao Rio de Janeiro, onde nos encontramos com a então presidente do IEPHA, uma procuradora e uma restauradora, ambas também do instituto estadual. Acompanhando-as, estavam dois oficiais de Justiça.

Na galeria carioca, o proprietário se desesperava com a situação — “A partir de agora, o mercado de arte sacra não vale mais nada. Foi aberto um grande precedente”, esbravejou. Por outro

lado, em Santa Luzia, a vice-presidente da Associação Comunitária se emocionava: “É uma decisão importante e tudo foi feito dentro dos trâmites legais”.

A presidenta do IEPHA mostrou que novos tempos entravam em cena. Disse ela, rebatendo as palavras do dono da galeria: “Se esta medida acabar com o mercado ilegal de artes no Brasil, ótimo! Somos a favor da legalidade”.

Se não fosse a luta do povo de Santa Luzia, um grande tesouro estaria perdido. E bem longe, certamente além-mar. No leilão, o lance inicial pelo par de anjos, em madeira policromada, com 60 centímetros de altura cada um, seria (valores da época) de R\$ 600 mil, e pelo anjo do sepulcro, com altura de 67 centímetros, R\$ 550 mil. Soube-se, por um funcionário da galeria, que uma instituição da Holanda já demonstrara interesse nas esculturas, pedindo informações por *e-mail*.

Quanto à servidora, que, sem se arrepender um segundo sequer do seu depoimento definitivo, cita um pensamento: “A verdade é dura como um diamante e delicada como a flor de um pessegueiro”. Com isso, quis dizer que agiu em prol da comunidade e do patrimônio de Santa Luzia, cidade nascida na época do Ciclo do Ouro, com o Centro Histórico tombado pelo IEPHA. “Se os anjos andaram longe, voltaram para o lugar de origem”, observou, com a certeza do dever cumprido.

Em 13 de agosto, data votiva de Santa Luzia, cujo grande dia é 13 dezembro, estivemos no santuário para entrevistar devotos sobre a retirada dos anjos do pregão. Dia de reza, a igreja estava cheia. Inesperadamente, o repórter fotográfico e eu fomos chamados ao altar, pelo padre, para falar sobre a grande conquista.

Ficamos emocionados, pois, profissional e pessoalmente, era uma data especial para a comunidade e um reconhecimento para nosso trabalho. A história brilhava bem diante dos nossos olhos e, com apoio de toda a equipe do Estado de Minas, estávamos presentes, fazíamos parte, éramos testemunhas.

3. Cerco Diário ao Mercado Ilegal

Quem chega hoje ao Santuário de Santa Luzia pode ver dois anjos ladeando a tarja do arco-cruzeiro e outro, o do sepulcro, no coroamento do altar de Nosso Senhor dos Passos. A perícia das peças, a cargo da equipe de uma arquiteta do IEPHA, confirmou que eram mesmo

do santuário. Mais tarde, em 9 de agosto de 2004, os anjos foram reintegrados ao acervo da igreja e ganharam *status* de símbolo da campanha pela recuperação e proteção de peças sacras e objetos de fé mineiros.

Para especialistas, a história da preservação do patrimônio cultural de Minas passa, necessariamente, pela mobilização do povo luziense. O episódio, que se propagou por todo o estado, levou cidades a lutar pela volta de bens culturais desaparecidos ao longo do tempo. Foi um grito de alerta contra o furto de peças sacras e outras obras de arte que movimentam o comércio clandestino.

De forma pioneira, Minas passou a ter uma política específica para a preservação do acervo histórico, algo inédito no país, contando com a participação de instituições públicas e privadas e a presença do jornal Estado de Minas. Outro setor que ganhou força foi o de educação patrimonial, disseminado de forma ampla na capital e no interior e com resultados positivos entre os jovens, como destacou o Promotor de Justiça da comarca de Santa Luzia, Marcos Paulo de Souza Miranda, ex-titular da Coordenadoria das Promotorias de Justiça do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais (CPPC).

Na época, começaram a trabalhar de forma integrada as secretarias estaduais da Cultura e da Defesa Social, IEPHA, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), polícias Federal, Militar e Civil, Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), Igreja e Associação das Cidades Históricas, entre outros órgãos e instituições.

Nesse período, em reportagens diárias, uma equipe de jornalistas passou a denunciar a dilapidação de templos barrocos, divulgando, igualmente, ações positivas do poder público ou da comunidade, para garantir a integridade dos tesouros mineiros. Uma jornalista local fez uma matéria para ficar na história. Ela descobriu que, na capa de um livro didático, estava a foto de uma quadrilha especializada em furto de peças sacras. Diante de uma igreja de Ouro Preto, na região central de Minas, o grupo contemplava a fachada do templo como se fossem simples turistas. O fotógrafo, certamente, nem imaginava quem era a turma e qual seu real objetivo!

Na sequência dos fatos, fomos surpreendidos numa tarde que parecia “fraca” de notícias no setor, com a apreensão, no Rio Grande do Sul, de um caminhão-baú com cerca de 100 obras de arte e antiguidades – o veículo tinha saído de São Paulo em direção ao Uruguai. Pois foi também nesses efervescentes dias que recebi um telefonema (no aparelho fixo) de um suspeito de furtos: ele me pedia para falar com o delegado da Polícia Federal para deixar de persegui-lo.

Em iniciativa do Ministério Público de Minas, foi criado um serviço de inteligência, com banco de dados, para localizar e identificar peças desaparecidas. Vinte anos depois, com os avanços da tecnologia, o MPMG mantém a plataforma virtual Sondar (Sistema de Bens Culturais Desaparecidos), criada em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), para receber denúncias e ampliar as informações sobre os bens. Há bons frutos colhidos nessa nova frente de defesa do patrimônio.

4. Santos Aprisionados e a Lei do Retorno

Se os tempos mudaram, parece não ter fim a audácia dos ladrões, que, volta e meia, driblam a vigilância em igrejas e museus para desrespeitar bens coletivos e vilipendiar a história. Por isso, não é bom esquecer o ano de 2003. Em quase um século de assaltos aos templos católicos e museus, entre outros monumentos, houve, naquele ano, 80 furtos, um pouco menos do que as 92 peças desaparecidas em 1994. Entre os objetos sacros mais visados pelos ladrões, estavam imagens de Nossa Senhora do Rosário, Santana Mestra e São Sebastião, castiçais, coroas, resplendores, cálices, crucifixos, patenas e custódias.

Em sucessivas coberturas, o jornal Estado de Minas denunciou a situação desesperadora para as comunidades, a exemplo da reportagem “Barroco dilapidado”, publicada em 3 de fevereiro de 2003, no caderno Gerais. Nela, moradores católicos do interior do estado se preocupavam com a insegurança dos templos e temiam a ação indiscriminada e contínua dos ladrões.

A fim de garantir o acervo, algumas paróquias guardavam as imagens em cômodos com grades, como se fossem celas de uma cadeia. Quando presenciei isso, fiquei horrorizado, mas me solidarizei com a comunidade e seus gestores. Afinal, era a única solução para conter a sanha dos criminosos.

Os mecanismos de defesa e proteção procuravam se aprimorar. Ainda em 2003, foi criada a primeira estrutura do MPMG para combate ao comércio ilícito de bens culturais, considerada um embrião da CPPC: o Grupo Especial de Promotores de Justiça de Defesa do Patrimônio Cultural das Cidades Históricas de Minas Gerais, integrado por Fernando Galvão (coordenador), Marcos Paulo de Souza Miranda e Rodrigo Cançado Anaya Rojas. Dois anos depois, foi criada a CPPC, tendo à frente Souza Miranda, e, em 2008, foi inaugurada a sede própria.

Atual coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais, de Execução Penal, do Tribunal do Júri e da Auditoria Militar (Caocrim), Souza Miranda foi

o titular da CPPC até 2016, substituído por Giselle Ribeiro de Oliveira (até 2020), sucedida por Marcelo Azevedo Maffra, que se encontra no cargo atualmente. Em apoio ao patrimônio cultural de Minas e, conseqüentemente, à atuação do MPMG nessa seara, o jornal Estado de Minas abraçou a campanha pelo patrimônio como bandeira, mobilizando a redação para reportagens na capital, interior e outros estados.

Nessa toada, com a intensificação da proteção ao patrimônio cultural de Minas, em agosto de 2003, a Polícia Federal de Minas Gerais apreendeu em São Paulo (SP), em cinco antiquários e residências particulares, 128 peças sacras, incluindo imagens barrocas brasileiras e de países como México, Peru, Colômbia e Portugal. Na ocasião, os agentes prenderam um restaurador, com 73 anos à época, acusado de furto e receptação.

Entre os objetos recuperados, um anjo da Igreja Santo Amaro, de Brumal, em Santa Bárbara, e o tocheiro surrupiado da Matriz São Caetano, em Mariana, também na Região Central do estado. Já no fim do mês, a Polícia Federal apreendeu, também na capital paulista, na casa de um colecionador de obras de arte, um par de querubins pertencentes à Igreja Nossa Senhora do Rosário, de Paracatu, na Região Noroeste de Minas.

Outra ação importante para o fortalecimento do patrimônio cultural de Minas ocorreu em 4 de setembro de 2003. De novo, estávamos na galeria carioca, em que foram resgatados os anjos de Santa Luzia, para apreensão de sete peças, incluindo uma atribuída a Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho (1738-1814), pertencentes ao mesmo colecionador. Tendo em mãos mandado de busca e apreensão expedido pelo juízo da 24ª Vara Cível de BH, o Promotor de Justiça Fernando Galvão cumpriu a determinação, acompanhado do colega Rodrigo Cançado e da presidenta do IEPHA à época.

Passamos o dia inteiro no Rio de Janeiro, envolvidos com a ação do MPMG. Para validar o mandado expedido pelo Juízo mineiro na ação cautelar de busca e apreensão, os promotores levaram sete horas. Fernando Galvão e Rodrigo Cançado chegaram à galeria por volta das 17h, acompanhados por duas restauradoras e uma pesquisadora e especialista em arte mineira, todas do IEPHA. No local, um caminhão de mudanças já aguardava para fazer o transporte das peças para Belo Horizonte.

Aquele foi realmente um dia de fortes emoções. O repórter fotográfico e eu, além de documentar toda a operação dos promotores e equipe do IEPHA para a reportagem, passamos grande parte do dia “vigiando” a galeria, pois havia a possibilidade de o colecionador retirar

as peças enquanto os promotores estavam no fórum. Assim, passamos horas atrás de uma árvore, na tocaia, na Rua das Laranjeiras, de olho na movimentação da loja.

Na hora da apreensão, o dono da galeria ligou para o colecionador e gritou pelo telefone: “É o pessoal de Minas, com aqueles jornalistas. Vieram buscar o resto!” Em seguida, apresentou aos promotores um documento expedido pelo IPHAN, alegando estar autorizado a comercializar o acervo de objetos sacros. Mas, segundo o MPMG, os papéis explicavam à galeria a necessidade de informar a eventuais compradores sobre a impossibilidade de sair do país com as peças por força de lei federal. De Belo Horizonte (BH), as peças seguiram diretamente para a sede da Polícia Federal.

Naqueles dias, a campanha ganhava mais força. Em solenidade, com a participação do ex-arcebispo metropolitano de BH, do então secretário de Estado da Cultura, e do Procurador-Geral de Justiça, Jarbas Soares Júnior, foi lançado um site e um telefone 0800 para receber denúncias sobre o patrimônio cultural desaparecido, furtado ou roubado. Diante do seu imenso acervo, a Igreja começou a fazer um inventário das peças em igrejas e capelas. O primeiro templo em que estiveram foi o Santuário Arquidiocesano Santa Luzia.

5. Aos Olhos do Público, Maravilhas Barrocas

Os meses seguintes trouxeram muitas informações para a cobertura jornalística. A cada dia havia um fato novo ganhando manchete no jornal: “Varredura em igrejas e museus”, “Obras sacras apreendidas no Sul”, “Anjo tem origem comprovada”, “Estado assume guarda de obras recuperadas”, “Lote de peças sacras apreendido”, entre outras reportagens, ocuparam lugar de destaque nas páginas do Estado de Minas.

Em 30 de março de 2004, foi aberta a exposição “Barroco, o elo perdido”, na sede do Estado de Minas, no Bairro Funcionários, na Região Centro-Sul de BH. O público pôde ver as peças apreendidas nas operações da força-tarefa e conhecer mais sobre a importância da campanha de resgate dos bens culturais. Novos fatos confirmavam que Minas estava realmente em busca de sua história. E que havia uma união de forças para alcançar esse objetivo.

Além das peças encontradas em operações especiais da polícia e do Ministério Público de Minas Gerais, havia denúncias sobre monumentos sumidos de praças, muitos deles “esquecidos” em galpões de órgãos públicos, preocupação com casarões em avançado estado de degradação, pedidos de segurança para templos históricos e gritos de socorro em prol da memória.

Nesse fervedouro de fatos e informações, surgiram também momentos de extrema beleza: a devolução de peças aos locais de origem. Lembro-me bem, ao lado de um repórter fotográfico, de presenciar a chegada das viaturas da Polícia Federal a Brumal (Santa Bárbara), em Nova Era e outras localidades do interior mineiro. Quando os carros apontavam na estrada com as sirenes ligadas, era um frenesi, um transe coletivo. Aplausos, lágrimas, sorrisos de alívio em quadros de comoção absoluta diante da restituição de objetos de fé aguardados havia muito tempo.

Cresciam os fatos e aumentava, na mesma intensidade, a conscientização. Com isso, começaram as devoluções espontâneas. Nessa cobertura, um fato que me marcou bastante teve lugar em Nova Era, a 137 quilômetros de BH: a devolução de três crucifixos e uma imagem de São Sebastião, todos do século 18, roubados havia mais de 50 anos da Igreja Matriz São José da Lagoa. A entrega ocorreu durante a confissão ao padre local. “A pessoa apenas disse que os bens eram do nosso acervo”, contou o sacerdote ao EM, em 4 de janeiro de 2005, sem revelar o nome da pessoa, por estar protegida pelo segredo da confissão — um sacramento da Igreja Católica.

Os casos de devolução espontânea me impressionaram muito. Eu ficava pensando em cada pessoa que, de repente, se dispunha a entregar um objeto de fé que pertencia à coletividade e ficara em seu poder, ou de sua família, durante muito tempo. Foi assim com a imagem de São Vicente Ferrer, do século 19, uma das primeiras devolvidas espontaneamente. Em março de 2004, a peça foi encontrada, em São Paulo (SP), enrolada em um cobertor e acompanhada de um bilhete. Desaparecida havia 10 anos, ela voltou para o Museu Regional do Sul de Minas, no município de Campanha, de onde foram roubadas, em 7 de março de 1994, 28 imagens (quatro foram recuperadas).

Cinco anos depois, fui surpreendido pela história de um furto ocorrido havia 60 anos. Em outubro de 2009, a Ordem Terceira de São Francisco, em Mariana, na Região Central de Minas, recebeu em uma caixa do correio, com uma carta de arrependimento, a cruz da coroa da imagem de São Luís Rei de França, da Igreja São Francisco, no Centro Histórico. Curiosamente, a falta da cruz não havia sido notada em seis décadas. O homem se sentiu arrependido pelo ato de vandalismo e, anonimamente, fez a devolução.

Já em setembro de 2018, a devolução de uma peça sacra do século XVIII surpreendeu autoridades do patrimônio, trazendo à tona o furto, em 24 de julho de 1994, do acervo do Museu Diocesano Dom José Medeiros Leite, de Oliveira, na Região Centro-Oeste. Deixando um bilhete em papel branco, apenas com a palavras “Igreja de Oliveira MG”, escritas em azul, uma pessoa não identificada entregou na superintendência de São Paulo do Instituto do Pa-

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) a imagem de Santo Onofre, em madeira, que estava registrada no banco de dados do Ministério Público de Minas Gerais como item desaparecido. Em agosto do ano seguinte, a peça retornou a Oliveira, entregue pelo IPHAN.

Destaco, também, outros casos de devolução espontânea de bens culturais que registramos em coberturas jornalísticas.

- **Em junho de 2014**, um colecionador encaminhou à sede da Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais (CPPC), do Ministério Público de Minas Gerais, em BH, em um caminhão, peças de metal que ficavam na torre da Igreja Nossa Senhora da Conceição, da Fazenda da Jaguara, em Matozinhos, na Grande BH, bem tombado pelo IEPHA: cruz e galo, fixados em uma haste de sustentação com sete metros de comprimento, e esfera armilar. Foram entregues ainda dois óculos frontais, em madeira, pertencentes à Igreja.

- **Devido à divulgação da devolução anterior, outro colecionador, em outubro de 2014**, entregou um conjunto de portas frontais, com duas bandeiras e duas partes superiores, e um conjunto de portas laterais também vinculadas à Igreja Nossa Senhora da Conceição, da Fazenda da Jaguara. Essas peças e as anteriores ficaram sob custódia da Superintendência de Museus e Artes Visuais da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (Secult).

- **Em fevereiro de 2015**, foi entregue à CPPC uma imagem de Nossa Senhora do Rosário, do século XVIII, em madeira policromada. A peça, embrulhada em um jornal da década de 1980, estava bastante deteriorada. Por esse motivo, foi entregue para restauro ao Centro de Conservação e Restauração (Cecor), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

- **Em maio de 2015**, um mosaico em marchetaria pertencente ao Palacete Dantas, localizado na Praça da Liberdade, na Região Centro-Sul de BH, foi devolvido de forma espontânea ao MPMG. A peça foi entregue pela CPPC ao IEPHA, órgão responsável pelo tombamento da edificação.

- **Em dezembro de 2015**, a CPPC recebeu um turíbulo e dois missais de uma família residente em Belo Horizonte. Em julho de 2018, as peças foram entregues para custódia de uma paróquia no município de Passa Tempo, na Região Centro-Oeste de Minas, voltando a ter fruição coletiva.

- **Em fevereiro de 2022**, o MPMG recebeu a “Cabeça de anjo de fita falante”, esculpida por Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho (1738-1814), considerado o expoente do barroco mineiro. A peça estava sob os cuidados do Museu de Arte de São Paulo.

6. Mandamentos Sagrados para Proteger os Bens

Uma das vertentes do trabalho do jornalista é observar, prestar atenção a tudo, ficar de olho nos detalhes, pois neles, muitas vezes, mora a notícia. E foi na ebulição dos fatos que, humildemente, resolvi criar os “Dez mandamentos da preservação” para apresentar durante uma palestra, em junho de 2005, registrados a seguir:

1) “Não esconderás o furto” – Em caso de furto de peças, é importante comunicar o fato imediatamente à polícia, para que seja lavrado o boletim de ocorrência e feita a investigação. Jamais deixe o caso passar “em branco”.

2) “Farás um inventário” – O inventário, especialmente, fotografia e dados descritivos, é fundamental para que a Igreja tenha todo o seu acervo documentado. Se ocorrer o desaparecimento de uma peça, ela poderá ser identificada com mais rapidez.

3) “Olharás sempre para cima... e para os lados” – Padres, zeladores e demais funcionários das igrejas e museus devem fazer verificação permanente nos altares e móveis, cuidando para que nada se extravie. Tempo vale ouro nessas situações.

4) “Comunicarás à imprensa” – É fundamental comunicar os furtos e desaparecimentos à imprensa, enviando todos os dados e fotos de boa qualidade. Não deixe o assunto restrito aos jornais locais ou ao silêncio.

5) “Dormirás tranquilo, mas sempre atento aos alarmes” – Muita gente costuma desligar os alarmes de igrejas e museus, para não ser incomodado no meio da noite. É que, muitas vezes, os dispositivos são acionados pela simples passagem de pássaros e morcegos, e não de um criminoso. Só que, uma hora, os ladrões podem entrar.

6) “Não revelarás o valor de imagens” – Mesmo que a peça tenha alto valor de mercado, jamais revele o seu valor, pois isso atíça a cobiça e pode levar a outros assaltos.

7) “Mobilizarás as comunidades em caso de furto” – Se houve furto, comunique imediatamente aos conselhos do patrimônio cultural e paroquial, prefeitura, vereadores, escolas. Todos precisam saber do fato. Às vezes, a peça pode estar ainda na própria cidade.

8) “Não pensarás que a igreja é só sua” – A igreja é um patrimônio que contém objetos de fé, mas também obras de arte. O administrador paroquial deve ter sempre em mente que precisa da colaboração de todos os paroquianos para manter o seu acervo.

9) “Não esperarás que a igreja desabe” – Ao menor sinal de deterioração de igrejas, capelas, museus, casas de cultura, etc., acione os órgãos de patrimônio cultural para que vistoriem os prédios. A manutenção da parte elétrica também é preciosa. Fale com os bombeiros.

10) “Compartilharás os seus conhecimentos com a comunidade” – Válido para os gestores do patrimônio: procure visitar sempre escolas de ensinos fundamental e médio, cursos superiores, entidades de classe, associações de moradores para conversar sobre educação patrimonial e proteção do acervo cultural da cidade.

7. No Retrovisor do Tempo, Lembranças de uma Luta

Ontem é passado, hoje, outro dia, e amanhã, certamente, tudo será diferente. A vida do jornalista não para e, ao olhar pelo retrovisor do tempo sobre as últimas duas décadas, fico feliz e honrado por ter participado de uma cobertura tão importante. São muitos editores, repórteres, fotógrafos, motoristas e equipe da redação do Estado de Minas envolvidos nas reportagens sobre patrimônio cultural. Republico, a seguir, um pequeno texto que escrevi sobre esse período da minha vida:

Caminhos Abertos

Até hoje me impressiono com a quantidade de denúncias, operações especiais para apreensões de obras de arte e peças sacras, das quais muitas acompanhei como repórter, além de devoluções espontâneas, restituição de objetos de fé às comunidades que me emocionaram demais, e, de forma especial, a conscientização da população sobre a preservação dos bens culturais junto ao fortalecimento da educação patrimonial. O ano de 2003 representou um despertar, tendo em vista a escala ascendente, até então, de furtos e roubos em igrejas, capelas, museus e outros monumentos de Minas. E o jornal mantinha firme a cobertura do patrimônio cultural. Não me esqueço de uma conversa com o então editor-assistente do Gerais/EM, Anibal Penna, às vésperas da publicação da matéria “História em ruínas”, em 3/8/2003, denunciando a dilapidação, em todos os aspectos, do patrimônio mineiro – a reportagem veio na sequência da coluna publicada dias antes pela jornalista Anna Marina. “Vamos começar uma nova Inconfidência”, previu Anibal, entusiasmado, sobre a pauta do EM que nunca saiu do noticiário. Sei que há muito ainda para ser feito, mas o caminho, sem dúvida, foi aberto. (WERNECK, 2024).